



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor  
Coordenador do Grupo de Trabalho  
"Comércio e Serviços"

Lisboa, 27 de Setembro de 2010

**Assunto: Audição das estruturas associativas sobre a situação do pequeno comércio/comércio tradicional**

O comércio tradicional ou de proximidade vive uma crise de grande dimensão, consequência de um conjunto complexo de factores. Sobre o pano de fundo das crises económicas internacional e nacional e os seus impactos no poder de compra, entre outros, avultam as políticas de liberalização do licenciamento de instalações comerciais e de liberalização total dos horários comerciais, que culminou com a recente decisão do Conselho de Ministros de eliminar as restrições existentes para as superfícies com mais de 2000 metros quadrados. Sujeito a uma feroz e desequilibrada concorrência das diversas unidades dos grupos, nacionais e estrangeiros da Grande Distribuição, que vão concentrando na sua mão o mercado, particularmente do retalho alimentar, não é assim de estranhar que as micro e pequenas empresas do comércio sejam recordistas das falências e encerramentos.

As empresas de comércio, esmagadoramente do comércio tradicional (80% do comércio alimentar são pequenos retalhistas), continuam a ter um peso relevante no tecido económico português. Segundo o INE (2008) no total das empresas não financeiras (1 096 255), nas que são sociedades (total de 350 871) 37,4% e nas empresas individuais (total de 745 384) 62,6% são empresas do comércio. Ocupando o sector 830 mil trabalhadores, o comércio tradicional, para lá do papel económico nuclear da comercialização na distribuição de bens, na sua generalidade produtos nacionais e regionais, desempenham ainda um importante social e cultural, nomeadamente nos centros históricos das nossas cidades.

A Assembleia da República não pode permanecer indiferente à situação de autêntica "degola dos inocentes" que atinge o comércio tradicional português!

O Grupo Parlamentar do PCP considera assim que o Grupo de Trabalho do Comércio e Serviços da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia deve promover uma audição conjunta das principais entidades ligadas com o comércio tradicional e de proximidade. A audição teria por objectivos gerais avaliar a actual situação e problemas dos comerciantes, nomeadamente a sustentabilidade económica e financeira do pequeno comércio e entre outras vertentes específicas:

- A regulação e ordenamento da actividade comercial; o problema do cadastro comercial;
- O comércio em meio rural e o comércio nas zonas transfronteiriças;
- Os horários de funcionamento do comércio;

- A regulamentação do uso dos espaços e da locação nos Centros Comerciais e outros grandes espaços de comércio integrados;
- Os Programas de apoio ao sector – MODCOM e QREN;
- A fiscalidade;
- As políticas de crédito.

Devem ser convocadas para a audição, a realizar-se numa 2ª feira ou numa 6ª feira durante a tarde, a CCP e as associações locais de comércio e serviços, de âmbito concelhio e pluriconcelhio.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Deputado,



Agostinho Lopes

N/Ref. nº 36018-46/INPA/10